JUSTUTOR

Questão Discursiva 02260

No curso de uma inundação e do aumento elevado das águas dos rios em determinada cidade no interior do Brasil, em razão do expressivo aumento do índice pluviométrico em apenas dois dias de chuvas torrenciais, o Poder Público municipal ocupou durante o período de 10 (dez) dias a propriedade de uma fazenda particular com o objetivo de instalar, de forma provisória, a sede da Prefeitura, do Fórum e da Delegacia de Polícia, que foram completamente inundadas pelas chuvas.

Diante da hipótese acima narrada, identifique e explicite o instituto de direito administrativo de que se utilizou o Poder Público municipal, indicando a respectiva base legal.

Resposta #003670

Por: Aline Fleury Barreto 15 de Dezembro de 2017 às 12:45

O caso narrado trata de intervenção na propriedade de modo não supressivo na modalidade ocupação temporária, situação em que o Poder Público se utiliza do imóvel particular como base de apoio à consecução de obras, ou, como na hipótese em quadro, disposição de serviços públicos.

O principal fundamento legal está no decreto-lei 3.365, o qual prevê indenização tão somente para o imóvel que se presta a abrigar materiais na construção de obras. Na hipótese em tela, fundada no poder de império público, a indenização só se daria em razão de dano efetivamente ocorrido, tal qual o derivado do uso anormal da propriedade (ex.: os servidores e comissionados da Prefeitura utilizam-se da Fazenda no período noturno para confraternização natalina. Embriagados, dois indivíduos brigam e depredam móveis e vegetação. O município é obrigado a ressarcir o dono da Fazenda, com direito de regresso contra os fanfarrões).